

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Lei da Pesquisa Clínica é regulamentada para atrair investimentos em inovação

Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil. A legislação traz mais segurança jurídica, atrai investimentos em inovação e impulsiona um setor estratégico para o desenvolvimento científico e industrial do país, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes, garantindo que os avanços ocorram de forma ética e responsável.

O Brasil está entre os 20 países no ranking global de estudos clínicos, mas participa de menos de 2% da pesquisa clínica mundial. O país tem potencial de estar entre as dez nações mais relevantes do mundo nessa área. A expectativa é que a nova legislação impulse esse crescimento.

Em 2024, o Brasil registrou 254 estudos clínicos. A expectativa é dobrar esse número e reverter a tendência de queda a partir de 2022, quando os marcos regulatórios de outros países se tornaram mais competitivos. Com uma população de aproximadamente 214 milhões de pessoas e ampla diversidade genética e cultural, o país reúne condições únicas para atrair investimentos de instituições mundiais e gerar impactos positivos para o fortalecimento do SUS.

O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis. Já as pesquisas estratégicas para o SUS e as situações emergenciais serão avaliadas em até 15 dias úteis.

A nova lei determina que, em casos de doenças graves e sem alternativas de tratamento, os pacientes que apresentarem benefícios comprovados tenham garantida a continuidade do tratamento por até cinco anos após o término da pesquisa, mediante plano prévio aprovado pelo CEP. A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave.

A proteção aos participantes também foi reforçada, com a definição do consentimento livre e de esclarecimentos mais detalhados. Regras específicas para pesquisas com grupos vulneráveis foram definidas para assegurar tratamento ético diferenciado e mais segurança.

Internet: <gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 O trecho “A legislação traz mais segurança jurídica” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Mais segurança jurídica é trazida pela legislação**.
- 2 No fragmento “os pacientes que apresentarem benefícios comprovados”, a forma verbal “apresentarem”, que está no futuro do subjuntivo, foi empregada para indicar hipótese ou condição relativa a eventos futuros.
- 3 No trecho “Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil”, a palavra “marco” pode ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, por **fronteira**, mantendo-se a coerência e a correção gramatical.
- 4 No fragmento “O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs)”, as vírgulas são dispensáveis, pois a oração contida entre elas restringe o sentido do substantivo “modelo”, indicando qual dos modelos existentes está sendo mencionado.
- 5 O trecho “A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave” apresenta linguagem técnico-jurídica compatível com o gênero normativo, evidenciada pelo uso de substantivos abstratos que descrevem hipóteses normativas de forma impessoal e enumerativa, o que consiste em um recurso típico da redação legislativa.
- 6 Em “A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis”, a forma verbal “será” está no futuro do presente e poderia ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, pelo presente do indicativo “é”, uma vez que a lei já foi regulamentada e os seus prazos já estão em vigor.
- 7 O texto pertence ao tipo textual narrativo, uma vez que relata um evento ocorrido em 2025, apresentando personagens institucionais, sequência temporal e desfecho relacionado à regulamentação da lei.

- 8 Em “ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes”, a expressão “ao mesmo tempo em que” estabelece uma relação de simultaneidade entre as ações descritas, indicando que o fortalecimento da segurança dos participantes ocorre concomitantemente aos demais efeitos atribuídos à legislação.

Texto para os itens de 9 a 16.

Dados genéticos e proteção da privacidade: biobancos e a aplicação da LGPD

A informação genética ocupa um lugar peculiar no sistema jurídico por seu caráter híbrido. É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional, com implicações para familiares, grupos étnicos e até populações inteiras.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) classificou os dados genéticos como sensíveis, sujeitando-os a um regime mais rigoroso de tratamento. Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes diante da complexidade das novas práticas envolvendo bancos de dados genômicos, especialmente os biobancos. Esses repositórios, públicos ou privados, armazenam material biológico humano e informações genéticas com fins de pesquisa, diagnóstico ou desenvolvimento tecnológico, e vêm sendo utilizados cada vez mais por empresas farmacêuticas, instituições acadêmicas e corporações internacionais.

A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas. No entanto, a prática da pesquisa científica, especialmente em genética, frequentemente demanda o uso futuro e não previsto dos dados. Isso gera impasses jurídicos quanto à validade do consentimento amplo.

Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória. Devido à singularidade do genoma, à possibilidade de cruzamento com bancos públicos e ao avanço de ferramentas de reidentificação, a suposta anonimização pode ser revertida, colocando em risco a confidencialidade e a segurança do titular.

O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade. O crescimento de empresas que oferecem testes genéticos diretos ao consumidor ilustra uma nova forma de economia de dados, em que a genômica se converte em produto de mercado.

Portanto, mais do que adequar a prática científica aos limites da LGPD, é necessário repensar os próprios fundamentos da regulação da genética humana. O direito à privacidade, a proteção contra a discriminação genética e a defesa do bem comum devem ser os pilares de uma nova abordagem jurídica – mais protetiva, preventiva e participativa. Sem isso, o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração.

Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

Acerca do texto e dos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração”, o vocábulo “vetor” está empregado em sentido conotativo.
- 10 Na construção “Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes”, o adjetivo “insuficientes” pode ser substituído, sem alteração do sentido original do texto, pelo seu antônimo **suficientes**, desde que o conectivo “Entretanto” seja suprimido, mantendo-se a coerência do parágrafo.
- 11 No período “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a forma verbal “seja” poderia ser substituída pelo presente do indicativo “é”, sem prejuízo da correção gramatical do texto, uma vez que a exigência legal descrita tem caráter permanente e já está em vigor.
- 12 No trecho “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a oração introduzida pela conjunção “que” exerce a função de objeto direto do verbo “exigir”.
- 13 O texto apresenta linguagem predominantemente subjetiva, característica do gênero expositivo de opinião, o que se evidencia pelo uso de adjetivos valorativos como “ilusória” e pela conclusão que defende uma nova abordagem jurídica.
- 14 No trecho “É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional”, a vírgula antes de “e um dado relacional” é dispensável, pois a conjunção “e” já é suficiente para separar os dois elementos coordenados.
- 15 Em “Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória”, o conectivo “ademais” poderia ser substituído por **portanto**, sem prejuízo para o sentido original do texto.
- 16 O período “O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Deve-se também enfrentar com seriedade o risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado.**

Em uma competição de salto com vara, 10 atletas obtiveram, em metros, as marcas 4,60, 4,70, 4,75, 4,80, 4,80, 4,85, 4,90 e 5,00, além das marcas de Gabriel e de Mayko. Sabe-se que a média dos 8 saltos já informados foi igual a 4,80 m, que a média dos 10 saltos foi igual a 4,84 m e que Gabriel saltou 20 cm a mais do que Mayko.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O salto de Gabriel foi de 5,10 m.
- 18 A mediana dos 10 saltos foi igual a 4,80 m.
- 19 O conjunto dos 10 saltos apresenta uma única moda.

Poliana está organizando uma dinâmica de grupo com 10 participantes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** O número de maneiras de escolher, entre os 10 participantes, um líder e um vice-líder para a dinâmica é igual a 90.
- 21** O número de maneiras distintas de dispor os 10 participantes em uma roda é igual a 10!.
- 22** O número de maneiras de dividir os 10 participantes em 3 grupos, sendo 2 grupos com 3 pessoas e um grupo com 4 pessoas, é igual a 4.200.

Admitindo-se que as proposições “Todo jardineiro é fiel”, “Davi é fiel” e “Leonardo é jardineiro” sejam verdadeiras, julgue os itens a seguir.

- 23** A proposição “Se Davi não é jardineiro, então Leonardo é fiel” é verdadeira.
- 24** É possível que a proposição “Davi é jardineiro ou Leonardo é fiel” seja falsa.
- 25** A negação da proposição “Todo jardineiro é fiel” é “Nenhum jardineiro é fiel”.

Em um *show* de rock, 123 pessoas foram entrevistadas. Cada uma delas respondeu “sim” ou “não” à pergunta a respeito de saber tocar baixo, bateria e guitarra. Verificou-se que 47 pessoas sabiam tocar baixo, 29 sabiam tocar bateria e 76 sabiam tocar guitarra. Além disso, 11 declararam saber tocar baixo e bateria, 18 declararam saber tocar baixo e guitarra, 7 declararam saber tocar bateria e guitarra, e 3 afirmaram saber tocar os 3 instrumentos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26** Exatamente 21 entrevistados declararam saber tocar somente baixo.
- 27** Exatamente 89 entrevistados declararam saber tocar somente um desses 3 instrumentos.
- 28** Apenas 4 entrevistados declararam não saber tocar nenhum desses 3 instrumentos.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca de conceitos fundamentais de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores e de navegadores, julgue os itens a seguir.

- 29** A distinção entre *hardware* e *software* implica reconhecer que dispositivos físicos como teclado e monitor pertencem à categoria de *hardware*, enquanto os programas que permitem utilizar esses dispositivos são classificados como *software*.

- 30** Durante o acesso a um *site* institucional, o navegador pode estabelecer conexões com servidores para solicitar recursos por meio do protocolo HTTP, sendo possível que intermediários de rede armazenem cópias desses recursos para acelerar acessos futuros.
- 31** Em redes corporativas, o acesso à Internet ocorre como consequência natural da existência de uma intranet, pois ambas representam a mesma rede de comunicação utilizada pela organização.
- 32** Durante o acesso aos sistemas institucionais por meio de navegadores, o processamento das funcionalidades da aplicação ocorre no computador do usuário, enquanto o servidor atua apenas como um repositório de páginas.

Quanto às ferramentas de comunicação digital, aos aplicativos de escritório, à segurança da informação e às tecnologias digitais, julgue os itens seguintes.

- 33** No uso de correio eletrônico, o envio de uma mensagem depende da presença simultânea do remetente e do destinatário conectados à Internet, para que a comunicação possa ocorrer.
- 34** No contexto da segurança da informação, a atuação do *firewall* consiste em analisar o conteúdo de arquivos armazenados no computador, com o objetivo de identificar códigos maliciosos presentes nesses arquivos.
- 35** As ferramentas de busca na Internet organizam informações disponíveis na *web* por meio de processos de coleta e de indexação de páginas, permitindo recuperar conteúdos relacionados aos termos pesquisados.
- 36** Em aplicativos de apresentação eletrônica, a utilização de elementos visuais, como gráficos e imagens, pode contribuir para tornar a exposição de informações mais clara e compreensível.

Em relação ao uso de aplicativos de escritório, às ferramentas de comunicação digital, à navegação na Internet, à segurança da informação e à organização de dados em ambientes computacionais, julgue os itens a seguir.

- 37** Nos editores de texto utilizados em ambientes corporativos, os recursos de formatação permitem alterar a aparência do conteúdo de um documento, sem modificar, necessariamente, as informações escritas no texto.
- 38** Durante a navegação em um *site* da Internet, o navegador passa a integrar a infraestrutura de rede responsável por hospedar as páginas acessadas.
- 39** Em planilhas eletrônicas, os dados podem ser organizados em células dispostas em linhas e colunas, permitindo a manipulação e a análise das informações registradas.
- 40** No contexto da segurança da informação, as políticas de proteção de dados podem incluir procedimentos voltados à prevenção de acesso não autorizado e à preservação da integridade das informações.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética na função pública e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública estruturam o regime jurídico-administrativo, influenciando a validade, a legitimidade e a conformidade da atuação estatal. À luz dessas premissas, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética na função pública impõe ao agente público atuação orientada pelo interesse público primário, vedando a prevalência de interesses particulares no exercício da função administrativa.
- 42** O princípio da moralidade administrativa possui natureza meramente ética, não se qualificando, portanto, como parâmetro jurídico autônomo para o controle de validade dos atos administrativos.
- 43** A conformidade da atuação administrativa com o princípio da legalidade não afasta a exigência de observância concomitante dos princípios da moralidade e da impessoalidade.
- 44** À luz do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, a atuação administrativa pressupõe a observância integrada da legalidade, da moralidade e da finalidade pública no exercício da função estatal.

A Lei nº 8.429/1992 disciplina os atos de improbidade administrativa, os seus elementos constitutivos, as espécies e as sanções aplicáveis, conforme a redação vigente. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, conforme esse diploma legal.

- 45** A aplicação da sanção de perda da função pública por ato de improbidade administrativa exige previsão expressa na sentença condenatória, não decorrendo automaticamente da simples prática do ato ímprobo.
- 46** Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, admite-se a responsabilização por ato de improbidade administrativa fundada exclusivamente em culpa, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.
- 47** O agente público responderá por ato de improbidade administrativa, ainda que um terceiro também tenha concorrido para a prática do ilícito ou dele se beneficiado.
- 48** A condenação por ato de improbidade administrativa pode fundamentar-se em tipo aberto ou em princípios genéricos da Administração Pública, ainda que a conduta não esteja expressamente tipificada nos artigos. 9º, 10 ou 11 da Lei nº 8.429/1992.

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, disciplinando os princípios, os direitos dos administrados, os deveres da Administração e os critérios de formação, motivação e controle das decisões administrativas.

- 49** No processo administrativo federal, é assegurado ao administrado o direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão final, como expressão do contraditório e da ampla defesa.
- 50** A Administração pode decidir processos administrativos sem motivação quando a decisão se fundar em discricionariedade administrativa.
- 51** A Lei nº 9.784/1999 impõe à Administração Pública o dever de decidir explicitamente as solicitações ou as reclamações formuladas pelos administrados em prazo razoável.
- 52** No processo administrativo federal, a autoridade competente pode delegar parte de suas atribuições, sendo vedada a delegação para edição de atos normativos, de decisão de recursos administrativos e de matérias de competência exclusiva.
- 53** A avocação de competência pode ser exercida em caráter permanente sempre que a autoridade superior a considerar conveniente.
- 54** A Administração Pública pode rever os seus próprios atos quando estes estiverem eivados de vício de legalidade, independentemente de provocação do interessado.

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o acesso a informações no âmbito da Administração Pública, estabelecendo regras sobre transparência, classificação, restrição e responsabilização decorrente da negativa indevida de acesso.

- 55** A Lei nº 12.527/2011 consagra o acesso à informação como regra e o sigilo como exceção no âmbito da Administração Pública.
- 56** O pedido de acesso à informação dirigido à Administração Pública deve ser acompanhado de justificativa quanto à finalidade pretendida pelo requerente.
- 57** Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem têm acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, contado da data de sua produção.
- 58** A informação classificada como secreta possui prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.
- 59** A classificação de informação como ultrassecreta sujeita-se ao prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.

A Lei nº 13.709/2018 estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no âmbito público e privado, disciplinando princípios, bases legais, direitos dos titulares e responsabilidades dos agentes de tratamento. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, a partir desse diploma legal.

- 60** A Lei nº 13.709/2018 aplica-se exclusivamente às operações de tratamento de dados pessoais realizadas por empresas privadas.
- 61** Nos termos da Lei nº 13.709/2018, considera-se dado pessoal sensível aquele que revele origem racial ou étnica, convicção religiosa ou dado biométrico vinculado à pessoa natural.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público depende, necessariamente, do consentimento prévio e expresso do titular, ainda que realizado para execução de políticas públicas previstas em Lei.
- 63** Compete à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 e aplicar as sanções administrativas em caso de infração à legislação de proteção de dados pessoais.
- 64** O titular dos dados pessoais tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os seus interesses, sendo inclusas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo ou de crédito.
- 65** O consentimento para o tratamento de dados pessoais pode ser concedido de forma genérica, desde que o controlador, posteriormente, especifique as finalidades do tratamento.
- 66** A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018 compete à ANPD, devendo-se ser observadas as garantias do devido processo administrativo.
- 67** No exercício de suas competências regulatórias e fiscalizatórias, a ANPD deve observar o princípio da mínima intervenção na atividade econômica.
- 68** As normas de caráter geral editadas pela ANPD independem de consulta pública, podendo ser expedidas diretamente para assegurar uma maior celeridade regulatória.
- 69** A Lei nº 13.709/2018 admite a coordenação e a atuação cooperativa entre a ANPD e os órgãos ou as entidades reguladoras setoriais.
- 70** A Lei nº 13.709/2018 exclui a aplicação de outros direitos e de outras garantias previstos no ordenamento jurídico que sejam relacionados à proteção da privacidade e da personalidade.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Um contador, responsável pela área contábil de um conselho profissional, deve observar a legislação constitucional, financeira e administrativa aplicável à gestão pública. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 71** A Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração Pública Direta e a administração pública indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deve observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- 72** A fiscalização contábil, a financeira, a orçamentária, a operacional e a patrimonial da Administração Pública federal é exercida exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União.
- 73** A Lei nº 4.320/1964 estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e para o controle dos orçamentos e dos balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- 74** Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, deve ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- 75** A Lei Complementar nº 123/2006 instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelecendo que tais empresas estão dispensadas de qualquer tratamento diferenciado em matéria tributária e administrativa.
- 76** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem, como finalidade exclusiva, assegurar a seleção da proposta de menor preço para a Administração Pública.
- 77** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação caracteriza-se pela existência de competição entre fornecedores aptos a contratar com a Administração Pública.
- 78** Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro da Administração Pública coincide com o ano civil.
- 79** Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é vedado ao titular de Poder ou órgão (nos dois últimos quadrimestres do mandato) contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- 80** Nos termos da Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno da Administração Pública tem como finalidade exclusiva substituir o controle externo exercido pelo tribunal de contas.
- 82** De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- 83** De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 – R2), o passivo é definido como uma obrigação presente da entidade de receber recurso econômico como resultado de eventos passados.
- 84** No âmbito da contabilidade, os fatos contábeis permutativos caracterizam-se por alterar a composição dos elementos patrimoniais da entidade, provocando variação no valor do patrimônio líquido.
- 85** No âmbito da contabilidade, os fatos contábeis modificativos são aqueles que provocam alteração no valor do patrimônio líquido da entidade, podendo resultar em aumento ou diminuição desse patrimônio.
- 86** De acordo com o regime de competência, as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que ocorrem os fatos que lhes dão origem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- 87** De acordo com o regime de caixa, as receitas devem ser reconhecidas contabilmente no momento em que são incorridas, ainda que não haja recebimento de recursos.
- 88** O balanço patrimonial apresenta, em determinada data, a posição patrimonial e a financeira da entidade, evidenciando qualitativa e quantitativamente os seus ativos, os seus passivos e o seu patrimônio líquido.
- 89** A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia a posição patrimonial da entidade em determinada data, por meio da apresentação dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido.
- 90** De acordo com o CPC 03 (R2), a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as variações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa da entidade durante o período, classificando os fluxos de caixa nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- 91** A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem por finalidade evidenciar exclusivamente as alterações ocorridas nas reservas de capital durante o exercício social.
- 92** As notas explicativas integram o conjunto completo das demonstrações contábeis e têm por finalidade fornecer descrições narrativas e detalhamentos adicionais de itens apresentados nas demonstrações, bem como divulgar informações que não se qualificam para reconhecimento nessas demonstrações.

No âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, o contador deve observar os princípios orçamentários, as normas do MCASP e as regras de execução da receita e da despesa pública. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

No exercício das atividades contábeis de uma entidade pública, o contador deverá aplicar corretamente os conceitos fundamentais da contabilidade e as normas brasileiras aplicáveis. A partir dessa informação, julgue os itens.

- 81** No âmbito da contabilidade, o patrimônio de uma entidade corresponde ao conjunto de bens, de direitos e de obrigações a ela vinculados, passíveis de avaliação econômica, cuja diferença entre ativos e passivos representa a situação líquida patrimonial.
- 93** O orçamento público constitui um instrumento de planejamento governamental que estima as receitas e fixa as despesas para determinado exercício financeiro, materializando, em termos financeiros, as políticas públicas e prioridades definidas pelo Estado.
- 94** O ciclo orçamentário encerra-se com a aprovação da lei orçamentária anual pelo Poder Legislativo, momento a partir do qual se inicia uma etapa distinta de execução financeira e contábil.
- 95** O princípio orçamentário da universalidade estabelece que o orçamento público deve compreender todas as receitas previstas e todas as despesas fixadas pelo ente público para determinado exercício financeiro.

- 96** A execução da receita pública compreende estágios sucessivos que incluem a previsão na lei orçamentária, o lançamento do crédito tributário quando aplicável, a arrecadação pelos agentes arrecadadores e o posterior recolhimento dos valores aos cofres públicos.
- 97** A despesa pública percorre os estágios de empenho, de liquidação e de pagamento, sendo o empenho o ato administrativo que extingue a obrigação do Estado perante o credor.
- 98** O empenho da despesa constitui um ato emanado de autoridade competente que reserva dotação orçamentária e que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- 99** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito, com a finalidade de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.
- 100** Consideram-se restos a pagar apenas as despesas que tenham sido empenhadas e liquidadas até o encerramento do exercício financeiro, mas que permaneçam pendentes de pagamento.
- 101** Classificam-se como restos a pagar não processados as despesas empenhadas e as liquidadas até o encerramento do exercício financeiro, mas ainda pendentes de pagamento.
- 102** O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece procedimentos contábeis padronizados para os entes da Federação, visando à uniformização dos registros, à consolidação das contas públicas e à transparência das informações contábeis do setor público.
- 103** A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia, no exercício financeiro, exclusivamente as variações patrimoniais decorrentes da execução orçamentária, correspondentes às receitas e as despesas públicas registradas no período.
- 104** O balanço orçamentário evidencia a execução do orçamento público ao confrontar, no exercício financeiro, as receitas previstas com as efetivamente arrecadadas e as despesas fixadas com as executadas.
- 105** O balanço financeiro demonstra, no exercício financeiro, os ingressos e os dispêndios de recursos financeiros, evidenciando a movimentação de receitas e de despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os saldos financeiros transferidos do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- 106** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura-se exclusivamente em contas patrimoniais destinadas ao registro dos fatos que afetam o patrimônio público, não contemplando contas voltadas ao controle de atos administrativos.

O controle contábil exige registros corretos das operações financeiras e patrimoniais da entidade. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir.

- 107** A escrituração contábil consiste no registro sistemático e cronológico dos fatos contábeis que provocam alterações no patrimônio da entidade, devendo ser realizada com base em documentação hábil e idônea.
- 108** O método das partidas dobradas estabelece que todo registro contábil deve envolver, simultaneamente, ao menos uma conta debitada e uma conta creditada, de modo que a soma dos débitos seja sempre igual à soma dos créditos.
- 109** O pagamento de fornecedores decorrente de obrigação previamente registrada provoca a redução simultânea do ativo e do patrimônio líquido da entidade.

- 110** A aquisição de ativo imobilizado à vista provoca o aumento simultâneo do ativo e do passivo da entidade, em razão do reconhecimento do bem adquirido e da obrigação correspondente perante o fornecedor.
- 111** A conciliação bancária consiste no procedimento contábil de confrontar os registros do razão da conta bancos com os extratos fornecidos pela instituição financeira, com o objetivo de identificar e de ajustar diferenças decorrentes de registros pendentes ou divergentes.
- 112** A análise de documentos fiscais constitui um procedimento de controle contábil destinado a verificar a legitimidade, a adequação e a consistência das operações registradas, servindo de base para a correta escrituração dos fatos que afetam o patrimônio da entidade.
- 113** Os relatórios contábeis possuem finalidade estritamente fiscal e normativa, destinando-se apenas ao atendimento de exigências legais e tributárias, não se prestando, portanto, ao fornecimento de informações úteis ao processo decisório dos usuários da informação contábil.

O contador responsável pela área fiscal deverá observar corretamente as regras de retenção tributária e o cumprimento das obrigações acessórias. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 114** A legislação tributária brasileira estabelece que, em determinadas hipóteses previstas em lei, a pessoa jurídica que efetua os pagamentos ou os créditos de rendimentos a pessoas físicas ou as jurídicas deve proceder à retenção do imposto de renda na fonte, atuando como responsável tributária pelo recolhimento do tributo.
- 115** A retenção previdenciária de 11% incidente sobre os serviços prestados mediante a cessão de mão de obra é calculada sobre o valor líquido da nota fiscal, após a dedução de materiais e de outras despesas discriminadas.
- 116** O eSocial consiste em sistema digital integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), sendo destinado à prestação unificada de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas às relações de trabalho, possibilitando o compartilhamento dessas informações entre órgãos da Administração Pública.
- 117** A escrituração contábil digital (ECD) integra o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e tem por finalidade substituir a escrituração contábil em papel, mediante a transmissão eletrônica dos livros contábeis e os respectivos termos de abertura e de encerramento.
- 118** A escrituração contábil fiscal (ECF) tem por finalidade registrar exclusivamente as informações contábeis da empresa, não contemplando os dados relacionados à apuração do imposto de renda ou da contribuição social.
- 119** A escrituração contábil fiscal (ECF) utiliza informações provenientes da escrituração contábil digital (ECD) para fins de consistência e cruzamento de dados contábeis e fiscais transmitidos pelas pessoas jurídicas.
- 120** A entrega da escrituração contábil digital (ECD) dispensa automaticamente a pessoa jurídica da apresentação da escrituração contábil fiscal (ECF), uma vez que ambas possuem a mesma finalidade declaratória.